

O baile da Ilha Fiscal

Já não existe qualquer dúvida, no Brasil e no exterior, da iminência do processo hiperinflacionário. Se o presidente Sarney não adotar as medidas aconselhadas pelos especialistas, provocará retrocesso institucional. A crise é agravada pela fragilidade do quadro partidário com suas insuperáveis disputas internas que denunciam gritante carência de lideranças.

Enquanto o País vive dias angustiantes de uma espera desgastante, o Congresso continua inexplicavelmente fechado, no gozo das delícias de doce recesso. O presidente do Senado, Humberto Lucena, confessou de público que era contrário à convocação extraordinária do Legislativo porque tinha dúvida de que seus companheiros viessem a Brasília.

Parece que estamos participando de último baile da Ilha Fiscal, aquele que marcou o declínio do Império e dos dias faustosos da Corte. Os políticos discutem com grande interesse a sucessão presidencial, as melhores viabilidades eleitorais tendo em vista o pleito previsto para 15 de novembro deste ano, ignorando que a explosão inflacionária certamente produzirá quadro social convulsivo que abalará nosso projeto democrático.

Economistas eminentes já advertiram para o fatal comprometimento do processo de redemocratização se o Brasil for sacudido pelo furacão hiperinflacionário. Não temos estrutura social para resistir à total eliminação da moeda. Basta dizer que, num país com população de 140 milhões de

habitantes, apenas três milhões de cidadãos são arrolados entre os que contribuem para a arrecadação do Imposto de Renda. A grande maioria, que percebe salários miseráveis, é a que mais sofre com o empobrecimento gerado pela crise.

Não são apenas economistas, cientistas políticos e sociólogos que constatam clara ameaça à democracia. O Presidente da República declara-a de público. Os políticos continuam despreocupados, como se não tivessem qualquer responsabilidade no enfrentamento dos problemas, aproveitando o recesso para especular sobre as melhores alternativas de candidato em uma eleição desde já ameaçada.

O povo está pouco preocupado com as brigas internas do PMDB e do PFL e com as ambições pessoais de muitos dos seus líderes e dirigentes. A opinião pública, perplexa com a voracidade do fenômeno de corrosão do poder de compra da moeda, sente que o País marcha para a situação explosiva e de consequências imprevisíveis.

O Congresso, cujas prerrogativas foram consideravelmente ampliadas pelo novo texto constitucional, mostra-se inteiramente alienado em relação às implicações da crise econômico-financeira. Em qualquer país civilizado, os parlamentares teriam suspenso suas férias para acompanhar, em Brasília, cada passo na evolução de acontecimentos que têm todo o gosto de que marcarão história.